

Um ano depois: que imprensa temos?

QUANDO, a 25 de Junho do ano passado, saiu o Decreto-Lei 281/74, instituiu-se a Comissão ad-hoc para a imprensa, rádio e televisão e regulamentando a respectiva actuação, correspondeu ele à primeira — provisória, embora longa — tentativa de meter nos canais da imprensa que poderia então parecer uma ameaça potencial ao desenrolar pacífico do processo inaugurado a 25 de Abril.

Reconhecida que lhes foi, de um dia para o outro, a maioridade, vemos os meios de comunicação entregarem-se todos a uma eufórica de informação (afirmação) que compensava o que tinha de imaturo, impensado, não filtrado com um tom triunfante, desimbolto e libertado que não deixava de cair bem a maioria dos portugueses durante anos silenciares à força mas não de vontade.

Há, de facto, naquelas semanas de Maio um amontoado indiscriminado de informação, em que as notícias importantes laciam com boatos, os comunicados individuais e sem significado com manifestos de grupos numerosos, os adjectivos perdidos o significado ou adquirem um novo. A verdade é que há muito, mesmo, para notícias nesses dias. Em quase todos os jornais se assiste a uma notificação — embora de características e de amplitude diversas — desde os primeiros dias de Maio.

No "Diário de Lisboa" — tradicional e prestigioso órgão de oposição ao fascismo — a redacção liderada pelo seu chefe desde sempre mais politizado, decidiu logo no dia 2 ocupar as instalações da Rua Luz Soriano, acabando assim com a separação entre a redacção e os restantes serviços. Inicialmente que se devia a Lopes Souto (o "homem forte" que dominava todos os sectores do jornal, acumulando funções de administrador e de chefe de redacção), ao mesmo tempo que exigiu o saneamento deste. Denunciou o seu "oportunistismo em matéria política" que levou a que houvesse, antes do 25 de Abril censura interna e que depois ela continuasse a existir, tendo sido "proibido aos jornalistas tomarem qualquer posição face ao Movimento e aos acontecimentos mais significativos que se seguissem". Pretendiam também os jornalistas ter um director profissional, chefe de redacção eleito, propondo ao mesmo tempo que se criasse um conselho de redacção e uma

comissão coordenadora de todos os sectores da empresa. Obtém o acordo da administração para as suas reivindicações que vão, como se vê, no sentido de obter o controle da gestão jornalística para a redacção, com total independência em relação à administração. Ramos, fuge director (o que a redacção acabou por aceitar "com agrado") e que ficou bem explícito que a retirada de Lopes do Souto das suas funções redactoriais (que, seguindo o comunicado da redacção eram apenas "de censor do material elaborado") não tinha que ver com atitudes suas "de natureza política ou ideológica". Assim se disse e assim se foi. Para administração, pois só mais tarde, em novo plenário, seria definitivamente irradiado do jornal, embora continuando, com a família Ruella Ramos, proprietário de uma parte na sociedade.

Simultaneamente com a luta do "Diário de Lisboa" assiste-se no "Diário Popular" (dia 3) à luta dos directores (Marinho Nobre de Melo), e de R. Medeiros passando Manuel Magro a director interino. procede-se igualmente a uma eleição de Conselho de Redacção — que nunca virá a ter grande influência devido à composição amorfa da redacção — e cria-se imediatamente uma Comissão dos Trabalhadores integrando todos os sectores da empresa, a qual terá, desde o início, um papel fundamental no desenrolar do processo de luta.

Também na "A Capital" (dia 1) se saíram os Trabalhadores da edição-se Conselho de Redacção, que confirma R. Iriarte na chefia. No "Século", ao mesmo tempo que se elegue um Conselho de Redacção, de esquerda "não-alinhada", constitui-se uma comissão ad-hoc que convoca o 1.º Plenário onde se apresenta um vasto caderno reivindicativo, parte do qual vem já de antes do 25 de Abril o que constitui uma excepção. Além de se exigir o saneamento da Administração que impede a sua Figueira, pretende-se uma revisão da tabela salarial e a participação crítica de todos os trabalhadores na orientação do jornal. As reivindicações apresentadas em dois plenários não agradam à administração que impede a sua publicação no jornal acabando, perante a insistência da Comissão de Trabalhadores, entretanto formada, por declarar o "lock-out", proibindo a saída do jornal um dia.

Tal atitude leva parte dos trabalhadores (os do turno da manhã que se seguiu ao que saíra, em virtude do lock-out) a responder com decisão de não retornar o trabalho, entrando-se assim num período de quase uma semana de suspensão, com duplo carácter de greve e de "lock-out" (todo preenchido com plenários ininterruptos, a que assistiam centenas

de pessoas, muitas exteriores ao jornal, com o interesse de quem reconhecia que se passava qual quer coisa de altamente significativo e ainda desconhecido entre nós. Das confrontações havidas nesse período dependeu muito do que viria a ser o futuro ambiente interno do jornal. No "Diário de Notícias", procede-se imediatamente ao saneamento da administração (Ulisses Cortez,

Estèves Fonseca, Vitória Pires, João Diniz, sendo estes dois últimos reintegrados, dias depois, à falta de melhor...). Quando se trata, no entanto, de sanear o director Fernando Fragoso e o chefe de redacção João Couto — ambos altamente comprometidos com o regime anterior — a redacção

Um longo (e pesado) regime provisório

Sai, entretanto a 25 de Julho, a lei provisória da informação a que já nos referimos, afim de tentar regulamentar a liberdade de imprensa que todos os corpos redactoriais dos jornais tinham reivindicado e estavam de facto a exercer. Pelo carácter (propositadamente) vago da sua redacção (que fala em castigar "incentivos ou provocações ainda que indirectos à desobediência militar" e em "agressões ideológicas que contrariem o Programa do MFA") levanta este Decreto muitos protestos e dá ocasião à aplicação de uma série de multas que alarmam os detentores das recém-adquiridas liberdades.

Depois de uma primeira multa (exemplar) ao jornal "Revolução", seguem-se entre outras, duas ao "Expresso", uma à "República", e a suspensão do "Luta Popular" e algumas multas à direita para equilibrar. De notar que isto se



Assim se processam lutas e iniciativas (Diário de Lisboa), em que a redacção dividida mas activa. Capital com uma equipa antifascista, não-partidária; outro Diário Popular em que a luta unitária dos trabalhadores (sector activo da Redacção com outros sectores) passa imediatamente a comandar tudo;

passa sobretudo antes do 28 de Setembro, altura em que a comissão ad-hoc silenciou até à saída da recente Lei de Imprensa.

De entre protestos ao Decreto salientamos o dos redactores do "Diário de Lisboa", que em dois textos separados — um submetido por 35 nomes, outro por 10 — pronuncia sobre o assunto. Transcrevemos algumas partes mais significativas, na medida em que representam os primeiros sinais públicos da divisão interna profunda que se passa no seio dessa redacção e que viria a marcar a posterior evolução deste periódico. Engantio o texto submetido pela maioria começa por "reafirmar a sua adesão aos princípios basilares do Programa do MFA" para só depois "protestar contra a forma ambigua e perigosa com foi redigido o regulamento da Lei de Imprensa" (seguinte assim com "discordância" de Castromir que não acha nem ambiguo nem

perigoso, o texto da minoria começa por discordar "totalmente da posição tomada face ao Estatuto do Jornal da Imprensa" e defende uma lei reaccionária e repressiva... Tanto as suas disposições como as multas já aplicadas ao seu abriga demonstram que essa lei não visa silenciar agressões ideológicas dos meios reaccionários mas sim dificultar uma informação ampla, correcta e fidedigna da movimentação de massas populares no seu aspecto fundamental e sobre o aspecto reivindicativo e a luta anticolonial... Essa lei não ataca os grupos financeiros que dominam grandes órgãos mas sim a imprensa livre e progressista...". Dizendo depois que o documento aprovado pela maioria da Redacção reforçando o pluralismo e a objectividade, esconde a censura interna que se tem vindo a fazer e que tende a crescer nos órgãos de informação

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores, anteriormente conservadores.

As lutas até agora travadas têm sido poucas, mas seguras. Em Setembro deu-se um afrontamento causado pela publicação das bases programáticas do CDS. A Comissão de Trabalhadores opôs-se e ganhou (publicou-se um resumo apenas). Num recente plenário apresentaram-se para discussão as bases da "Orientação Política" do Jornal. De pendur nitidamente populista, progressista, e partidário, encontraram um eco que denota uma boa preparação das bases.

Na "República", o caso foi outro. Ao contrário dos outros jornais, o 25 de Abril, em vez de despertar o espírito reivindicativo, reforçou uma unidade já existente. E preciso chegar a Junho/Julho para se começar a assistir aos primeiros assomos partidários. Começam a surgir as primeiras acusações de que o jornal dava preferência à matéria sobre o PS e que, por outro lado, o referendo dá à extrema-esquerda, não podia ser uma manobra anti-PC. Saem uns jornalistas em virtude do mal-estar que se cria, entram 3 novos que reforçam o sector PS. O Conselho de Redacção, com dois lugares vagos (de saída de Guerra para a TV) não consegue prever-se em virtude de desentendimentos profundos que não cessam de vir à tona. Em Novembro atinge-se o auge da discussão partidária quando um artigo de António Reis contra a administração do MDP é votado e se vê aprovado em redacção e reprova numa RGT convocada à pressa pela tipografia para o eleito. A facção PC apresenta a proposta de uma "comissão de controle ideológico" (retomar da ideia da "participação crítica" de O Século) e é afirmado em reuniões tempestuosas que a "censura e boa quando é feita ao serviço dos trabalhadores".

Na "Capital", que conta talvez com a mais "profissional" das redacções (no sentido de tecnocrática), encontra-se, desde o início, uma vontade de passar do jornalismo mais sério, embora continuando a insistir na reportagem e na variedade noticiosa que caracterizava o jornal. Encontra-se, desde logo, nos redactores, uma preocupação de lutar por mais qualidade definindo-se em termos de "anti-fascismo" e não mais, unindo-se por momentos, contra a "maioria silenciosa" por exemplo, mas sem grandes tomadas de posição de princípio. Assiste-se depois a uma progressiva radicalização que se traduz num "Programa de Candidatura" apresentada pela única lista concorrente ao Conselho de Redacção, agora eleito. Depois de insistir na necessidade de um jornalismo de qualidade, fala nas várias frentes de luta que competiam ao jornalista, denunciando a concepção "tecnocrática e medíocre de empresa comercial" com que por vezes se encara o conceito de "independência ideológica", insistindo na necessidade de "adaptar o jornal às necessidades presentes das massas populares". Propõe contribuir para a formação permanente dos trabalhadores da informação e das massas em geral e anuncia um "Congresso Capital" de livre discussão. Pode dizer-se

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores, anteriormente conservadores.

As lutas até agora travadas têm sido poucas, mas seguras. Em Setembro deu-se um afrontamento causado pela publicação das bases programáticas do CDS. A Comissão de Trabalhadores opôs-se e ganhou (publicou-se um resumo apenas). Num recente plenário apresentaram-se para discussão as bases da "Orientação Política" do Jornal. De pendur nitidamente populista, progressista, e partidário, encontraram um eco que denota uma boa preparação das bases.

Na "República", o caso foi outro. Ao contrário dos outros jornais, o 25 de Abril, em vez de despertar o espírito reivindicativo, reforçou uma unidade já existente. E preciso chegar a Junho/Julho para se começar a assistir aos primeiros assomos partidários. Começam a surgir as primeiras acusações de que o jornal dava preferência à matéria sobre o PS e que, por outro lado, o referendo dá à extrema-esquerda, não podia ser uma manobra anti-PC. Saem uns jornalistas em virtude do mal-estar que se cria, entram 3 novos que reforçam o sector PS. O Conselho de Redacção, com dois lugares vagos (de saída de Guerra para a TV) não consegue prever-se em virtude de desentendimentos profundos que não cessam de vir à tona. Em Novembro atinge-se o auge da discussão partidária quando um artigo de António Reis contra a administração do MDP é votado e se vê aprovado em redacção e reprova numa RGT convocada à pressa pela tipografia para o eleito. A facção PC apresenta a proposta de uma "comissão de controle ideológico" (retomar da ideia da "participação crítica" de O Século) e é afirmado em reuniões tempestuosas que a "censura e boa quando é feita ao serviço dos trabalhadores".

Na "Capital", que conta talvez com a mais "profissional" das redacções (no sentido de tecnocrática), encontra-se, desde o início, uma vontade de passar do jornalismo mais sério, embora continuando a insistir na reportagem e na variedade noticiosa que caracterizava o jornal. Encontra-se, desde logo, nos redactores, uma preocupação de lutar por mais qualidade definindo-se em termos de "anti-fascismo" e não mais, unindo-se por momentos, contra a "maioria silenciosa" por exemplo, mas sem grandes tomadas de posição de princípio. Assiste-se depois a uma progressiva radicalização que se traduz num "Programa de Candidatura" apresentada pela única lista concorrente ao Conselho de Redacção, agora eleito. Depois de insistir na necessidade de um jornalismo de qualidade, fala nas várias frentes de luta que competiam ao jornalista, denunciando a concepção "tecnocrática e medíocre de empresa comercial" com que por vezes se encara o conceito de "independência ideológica", insistindo na necessidade de "adaptar o jornal às necessidades presentes das massas populares". Propõe contribuir para a formação permanente dos trabalhadores da informação e das massas em geral e anuncia um "Congresso Capital" de livre discussão. Pode dizer-se

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores, anteriormente conservadores.

As lutas até agora travadas têm sido poucas, mas seguras. Em Setembro deu-se um afrontamento causado pela publicação das bases programáticas do CDS. A Comissão de Trabalhadores opôs-se e ganhou (publicou-se um resumo apenas). Num recente plenário apresentaram-se para discussão as bases da "Orientação Política" do Jornal. De pendur nitidamente populista, progressista, e partidário, encontraram um eco que denota uma boa preparação das bases.

Na "República", o caso foi outro. Ao contrário dos outros jornais, o 25 de Abril, em vez de despertar o espírito reivindicativo, reforçou uma unidade já existente. E preciso chegar a Junho/Julho para se começar a assistir aos primeiros assomos partidários. Começam a surgir as primeiras acusações de que o jornal dava preferência à matéria sobre o PS e que, por outro lado, o referendo dá à extrema-esquerda, não podia ser uma manobra anti-PC. Saem uns jornalistas em virtude do mal-estar que se cria, entram 3 novos que reforçam o sector PS. O Conselho de Redacção, com dois lugares vagos (de saída de Guerra para a TV) não consegue prever-se em virtude de desentendimentos profundos que não cessam de vir à tona. Em Novembro atinge-se o auge da discussão partidária quando um artigo de António Reis contra a administração do MDP é votado e se vê aprovado em redacção e reprova numa RGT convocada à pressa pela tipografia para o eleito. A facção PC apresenta a proposta de uma "comissão de controle ideológico" (retomar da ideia da "participação crítica" de O Século) e é afirmado em reuniões tempestuosas que a "censura e boa quando é feita ao serviço dos trabalhadores".

Na "Capital", que conta talvez com a mais "profissional" das redacções (no sentido de tecnocrática), encontra-se, desde o início, uma vontade de passar do jornalismo mais sério, embora continuando a insistir na reportagem e na variedade noticiosa que caracterizava o jornal. Encontra-se, desde logo, nos redactores, uma preocupação de lutar por mais qualidade definindo-se em termos de "anti-fascismo" e não mais, unindo-se por momentos, contra a "maioria silenciosa" por exemplo, mas sem grandes tomadas de posição de princípio. Assiste-se depois a uma progressiva radicalização que se traduz num "Programa de Candidatura" apresentada pela única lista concorrente ao Conselho de Redacção, agora eleito. Depois de insistir na necessidade de um jornalismo de qualidade, fala nas várias frentes de luta que competiam ao jornalista, denunciando a concepção "tecnocrática e medíocre de empresa comercial" com que por vezes se encara o conceito de "independência ideológica", insistindo na necessidade de "adaptar o jornal às necessidades presentes das massas populares". Propõe contribuir para a formação permanente dos trabalhadores da informação e das massas em geral e anuncia um "Congresso Capital" de livre discussão. Pode dizer-se

Assim se processam lutas e iniciativas (Diário de Lisboa), em que a redacção dividida mas activa. Capital com uma equipa antifascista, não-partidária; outro Diário Popular em que a luta unitária dos trabalhadores (sector activo da Redacção com outros sectores) passa imediatamente a comandar tudo;

passa sobretudo antes do 28 de Setembro, altura em que a comissão ad-hoc silenciou até à saída da recente Lei de Imprensa.

De entre protestos ao Decreto salientamos o dos redactores do "Diário de Lisboa", que em dois textos separados — um submetido por 35 nomes, outro por 10 — pronuncia sobre o assunto. Transcrevemos algumas partes mais significativas, na medida em que representam os primeiros sinais públicos da divisão interna profunda que se passa no seio dessa redacção e que viria a marcar a posterior evolução deste periódico. Engantio o texto submetido pela maioria começa por "reafirmar a sua adesão aos princípios basilares do Programa do MFA" para só depois "protestar contra a forma ambigua e perigosa com foi redigido o regulamento da Lei de Imprensa" (seguinte assim com "discordância" de Castromir que não acha nem ambiguo nem

perigoso, o texto da minoria começa por discordar "totalmente da posição tomada face ao Estatuto do Jornal da Imprensa" e defende uma lei reaccionária e repressiva... Tanto as suas disposições como as multas já aplicadas ao seu abriga demonstram que essa lei não visa silenciar agressões ideológicas dos meios reaccionários mas sim dificultar uma informação ampla, correcta e fidedigna da movimentação de massas populares no seu aspecto fundamental e sobre o aspecto reivindicativo e a luta anticolonial... Essa lei não ataca os grupos financeiros que dominam grandes órgãos mas sim a imprensa livre e progressista...". Dizendo depois que o documento aprovado pela maioria da Redacção reforçando o pluralismo e a objectividade, esconde a censura interna que se tem vindo a fazer e que tende a crescer nos órgãos de informação

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores, anteriormente conservadores.

As lutas até agora travadas têm sido poucas, mas seguras. Em Setembro deu-se um afrontamento causado pela publicação das bases programáticas do CDS. A Comissão de Trabalhadores opôs-se e ganhou (publicou-se um resumo apenas). Num recente plenário apresentaram-se para discussão as bases da "Orientação Política" do Jornal. De pendur nitidamente populista, progressista, e partidário, encontraram um eco que denota uma boa preparação das bases.

Na "República", o caso foi outro. Ao contrário dos outros jornais, o 25 de Abril, em vez de despertar o espírito reivindicativo, reforçou uma unidade já existente. E preciso chegar a Junho/Julho para se começar a assistir aos primeiros assomos partidários. Começam a surgir as primeiras acusações de que o jornal dava preferência à matéria sobre o PS e que, por outro lado, o referendo dá à extrema-esquerda, não podia ser uma manobra anti-PC. Saem uns jornalistas em virtude do mal-estar que se cria, entram 3 novos que reforçam o sector PS. O Conselho de Redacção, com dois lugares vagos (de saída de Guerra para a TV) não consegue prever-se em virtude de desentendimentos profundos que não cessam de vir à tona. Em Novembro atinge-se o auge da discussão partidária quando um artigo de António Reis contra a administração do MDP é votado e se vê aprovado em redacção e reprova numa RGT convocada à pressa pela tipografia para o eleito. A facção PC apresenta a proposta de uma "comissão de controle ideológico" (retomar da ideia da "participação crítica" de O Século) e é afirmado em reuniões tempestuosas que a "censura e boa quando é feita ao serviço dos trabalhadores".

Na "Capital", que conta talvez com a mais "profissional" das redacções (no sentido de tecnocrática), encontra-se, desde o início, uma vontade de passar do jornalismo mais sério, embora continuando a insistir na reportagem e na variedade noticiosa que caracterizava o jornal. Encontra-se, desde logo, nos redactores, uma preocupação de lutar por mais qualidade definindo-se em termos de "anti-fascismo" e não mais, unindo-se por momentos, contra a "maioria silenciosa" por exemplo, mas sem grandes tomadas de posição de princípio. Assiste-se depois a uma progressiva radicalização que se traduz num "Programa de Candidatura" apresentada pela única lista concorrente ao Conselho de Redacção, agora eleito. Depois de insistir na necessidade de um jornalismo de qualidade, fala nas várias frentes de luta que competiam ao jornalista, denunciando a concepção "tecnocrática e medíocre de empresa comercial" com que por vezes se encara o conceito de "independência ideológica", insistindo na necessidade de "adaptar o jornal às necessidades presentes das massas populares". Propõe contribuir para a formação permanente dos trabalhadores da informação e das massas em geral e anuncia um "Congresso Capital" de livre discussão. Pode dizer-se

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores, anteriormente conservadores.

As lutas até agora travadas têm sido poucas, mas seguras. Em Setembro deu-se um afrontamento causado pela publicação das bases programáticas do CDS. A Comissão de Trabalhadores opôs-se e ganhou (publicou-se um resumo apenas). Num recente plenário apresentaram-se para discussão as bases da "Orientação Política" do Jornal. De pendur nitidamente populista, progressista, e partidário, encontraram um eco que denota uma boa preparação das bases.

Na "República", o caso foi outro. Ao contrário dos outros jornais, o 25 de Abril, em vez de despertar o espírito reivindicativo, reforçou uma unidade já existente. E preciso chegar a Junho/Julho para se começar a assistir aos primeiros assomos partidários. Começam a surgir as primeiras acusações de que o jornal dava preferência à matéria sobre o PS e que, por outro lado, o referendo dá à extrema-esquerda, não podia ser uma manobra anti-PC. Saem uns jornalistas em virtude do mal-estar que se cria, entram 3 novos que reforçam o sector PS. O Conselho de Redacção, com dois lugares vagos (de saída de Guerra para a TV) não consegue prever-se em virtude de desentendimentos profundos que não cessam de vir à tona. Em Novembro atinge-se o auge da discussão partidária quando um artigo de António Reis contra a administração do MDP é votado e se vê aprovado em redacção e reprova numa RGT convocada à pressa pela tipografia para o eleito. A facção PC apresenta a proposta de uma "comissão de controle ideológico" (retomar da ideia da "participação crítica" de O Século) e é afirmado em reuniões tempestuosas que a "censura e boa quando é feita ao serviço dos trabalhadores".

Na "Capital", que conta talvez com a mais "profissional" das redacções (no sentido de tecnocrática), encontra-se, desde o início, uma vontade de passar do jornalismo mais sério, embora continuando a insistir na reportagem e na variedade noticiosa que caracterizava o jornal. Encontra-se, desde logo, nos redactores, uma preocupação de lutar por mais qualidade definindo-se em termos de "anti-fascismo" e não mais, unindo-se por momentos, contra a "maioria silenciosa" por exemplo, mas sem grandes tomadas de posição de princípio. Assiste-se depois a uma progressiva radicalização que se traduz num "Programa de Candidatura" apresentada pela única lista concorrente ao Conselho de Redacção, agora eleito. Depois de insistir na necessidade de um jornalismo de qualidade, fala nas várias frentes de luta que competiam ao jornalista, denunciando a concepção "tecnocrática e medíocre de empresa comercial" com que por vezes se encara o conceito de "independência ideológica", insistindo na necessidade de "adaptar o jornal às necessidades presentes das massas populares". Propõe contribuir para a formação permanente dos trabalhadores da informação e das massas em geral e anuncia um "Congresso Capital" de livre discussão. Pode dizer-se

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores, anteriormente conservadores.

As lutas até agora travadas têm sido poucas, mas seguras. Em Setembro deu-se um afrontamento causado pela publicação das bases programáticas do CDS. A Comissão de Trabalhadores opôs-se e ganhou (publicou-se um resumo apenas). Num recente plenário apresentaram-se para discussão as bases da "Orientação Política" do Jornal. De pendur nitidamente populista, progressista, e partidário, encontraram um eco que denota uma boa preparação das bases.

Na "República", o caso foi outro. Ao contrário dos outros jornais, o 25 de Abril, em vez de despertar o espírito reivindicativo, reforçou uma unidade já existente. E preciso chegar a Junho/Julho para se começar a assistir aos primeiros assomos partidários. Começam a surgir as primeiras acusações de que o jornal dava preferência à matéria sobre o PS e que, por outro lado, o referendo dá à extrema-esquerda, não podia ser uma manobra anti-PC. Saem uns jornalistas em virtude do mal-estar que se cria, entram 3 novos que reforçam o sector PS. O Conselho de Redacção, com dois lugares vagos (de saída de Guerra para a TV) não consegue prever-se em virtude de desentendimentos profundos que não cessam de vir à tona. Em Novembro atinge-se o auge da discussão partidária quando um artigo de António Reis contra a administração do MDP é votado e se vê aprovado em redacção e reprova numa RGT convocada à pressa pela tipografia para o eleito. A facção PC apresenta a proposta de uma "comissão de controle ideológico" (retomar da ideia da "participação crítica" de O Século) e é afirmado em reuniões tempestuosas que a "censura e boa quando é feita ao serviço dos trabalhadores".

Na "Capital", que conta talvez com a mais "profissional" das redacções (no sentido de tecnocrática), encontra-se, desde o início, uma vontade de passar do jornalismo mais sério, embora continuando a insistir na reportagem e na variedade noticiosa que caracterizava o jornal. Encontra-se, desde logo, nos redactores, uma preocupação de lutar por mais qualidade definindo-se em termos de "anti-fascismo" e não mais, unindo-se por momentos, contra a "maioria silenciosa" por exemplo, mas sem grandes tomadas de posição de princípio. Assiste-se depois a uma progressiva radicalização que se traduz num "Programa de Candidatura" apresentada pela única lista concorrente ao Conselho de Redacção, agora eleito. Depois de insistir na necessidade de um jornalismo de qualidade, fala nas várias frentes de luta que competiam ao jornalista, denunciando a concepção "tecnocrática e medíocre de empresa comercial" com que por vezes se encara o conceito de "independência ideológica", insistindo na necessidade de "adaptar o jornal às necessidades presentes das massas populares". Propõe contribuir para a formação permanente dos trabalhadores da informação e das massas em geral e anuncia um "Congresso Capital" de livre discussão. Pode dizer-se



Assim se processam lutas e iniciativas (Diário de Lisboa), em que a redacção dividida mas activa. Capital com uma equipa antifascista, não-partidária; outro Diário Popular em que a luta unitária dos trabalhadores (sector activo da Redacção com outros sectores) passa imediatamente a comandar tudo;

passa sobretudo antes do 28 de Setembro, altura em que a comissão ad-hoc silenciou até à saída da recente Lei de Imprensa.

De entre protestos ao Decreto salientamos o dos redactores do "Diário de Lisboa", que em dois textos separados — um submetido por 35 nomes, outro por 10 — pronuncia sobre o assunto. Transcrevemos algumas partes mais significativas, na medida em que representam os primeiros sinais públicos da divisão interna profunda que se passa no seio dessa redacção e que viria a marcar a posterior evolução deste periódico. Engantio o texto submetido pela maioria começa por "reafirmar a sua adesão aos princípios basilares do Programa do MFA" para só depois "protestar contra a forma ambigua e perigosa com foi redigido o regulamento da Lei de Imprensa" (seguinte assim com "discordância" de Castromir que não acha nem ambiguo nem

perigoso, o texto da minoria começa por discordar "totalmente da posição tomada face ao Estatuto do Jornal da Imprensa" e defende uma lei reaccionária e repressiva... Tanto as suas disposições como as multas já aplicadas ao seu abriga demonstram que essa lei não visa silenciar agressões ideológicas dos meios reaccionários mas sim dificultar uma informação ampla, correcta e fidedigna da movimentação de massas populares no seu aspecto fundamental e sobre o aspecto reivindicativo e a luta anticolonial... Essa lei não ataca os grupos financeiros que dominam grandes órgãos mas sim a imprensa livre e progressista...". Dizendo depois que o documento aprovado pela maioria da Redacção reforçando o pluralismo e a objectividade, esconde a censura interna que se tem vindo a fazer e que tende a crescer nos órgãos de informação

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores, anteriormente conservadores.

As lutas até agora travadas têm sido poucas, mas seguras. Em Setembro deu-se um afrontamento causado pela publicação das bases programáticas do CDS. A Comissão de Trabalhadores opôs-se e ganhou (publicou-se um resumo apenas). Num recente plenário apresentaram-se para discussão as bases da "Orientação Política" do Jornal. De pendur nitidamente populista, progressista, e partidário, encontraram um eco que denota uma boa preparação das bases.

Na "República", o caso foi outro. Ao contrário dos outros jornais, o 25 de Abril, em vez de despertar o espírito reivindicativo, reforçou uma unidade já existente. E preciso chegar a Junho/Julho para se começar a assistir aos primeiros assomos partidários. Começam a surgir as primeiras acusações de que o jornal dava preferência à matéria sobre o PS e que, por outro lado, o referendo dá à extrema-esquerda, não podia ser uma manobra anti-PC. Saem uns jornalistas em virtude do mal-estar que se cria, entram 3 novos que reforçam o sector PS. O Conselho de Redacção, com dois lugares vagos (de saída de Guerra para a TV) não consegue prever-se em virtude de desentendimentos profundos que não cessam de vir à tona. Em Novembro atinge-se o auge da discussão partidária quando um artigo de António Reis contra a administração do MDP é votado e se vê aprovado em redacção e reprova numa RGT convocada à pressa pela tipografia para o eleito. A facção PC apresenta a proposta de uma "comissão de controle ideológico" (retomar da ideia da "participação crítica" de O Século) e é afirmado em reuniões tempestuosas que a "censura e boa quando é feita ao serviço dos trabalhadores".

Na "Capital", que conta talvez com a mais "profissional" das redacções (no sentido de tecnocrática), encontra-se, desde o início, uma vontade de passar do jornalismo mais sério, embora continuando a insistir na reportagem e na variedade noticiosa que caracterizava o jornal. Encontra-se, desde logo, nos redactores, uma preocupação de lutar por mais qualidade definindo-se em termos de "anti-fascismo" e não mais, unindo-se por momentos, contra a "maioria silenciosa" por exemplo, mas sem grandes tomadas de posição de princípio. Assiste-se depois a uma progressiva radicalização que se traduz num "Programa de Candidatura" apresentada pela única lista concorrente ao Conselho de Redacção, agora eleito. Depois de insistir na necessidade de um jornalismo de qualidade, fala nas várias frentes de luta que competiam ao jornalista, denunciando a concepção "tecnocrática e medíocre de empresa comercial" com que por vezes se encara o conceito de "independência ideológica", insistindo na necessidade de "adaptar o jornal às necessidades presentes das massas populares". Propõe contribuir para a formação permanente dos trabalhadores da informação e das massas em geral e anuncia um "Congresso Capital" de livre discussão. Pode dizer-se

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores, anteriormente conservadores.

As lutas até agora travadas têm sido poucas, mas seguras. Em Setembro deu-se um afrontamento causado pela publicação das bases programáticas do CDS. A Comissão de Trabalhadores opôs-se e ganhou (publicou-se um resumo apenas). Num recente plenário apresentaram-se para discussão as bases da "Orientação Política" do Jornal. De pendur nitidamente populista, progressista, e partidário, encontraram um eco que denota uma boa preparação das bases.

Na "República", o caso foi outro. Ao contrário dos outros jornais, o 25 de Abril, em vez de despertar o espírito reivindicativo, reforçou uma unidade já existente. E preciso chegar a Junho/Julho para se começar a assistir aos primeiros assomos partidários. Começam a surgir as primeiras acusações de que o jornal dava preferência à matéria sobre o PS e que, por outro lado, o referendo dá à extrema-esquerda, não podia ser uma manobra anti-PC. Saem uns jornalistas em virtude do mal-estar que se cria, entram 3 novos que reforçam o sector PS. O Conselho de Redacção, com dois lugares vagos (de saída de Guerra para a TV) não consegue prever-se em virtude de desentendimentos profundos que não cessam de vir à tona. Em Novembro atinge-se o auge da discussão partidária quando um artigo de António Reis contra a administração do MDP é votado e se vê aprovado em redacção e reprova numa RGT convocada à pressa pela tipografia para o eleito. A facção PC apresenta a proposta de uma "comissão de controle ideológico" (retomar da ideia da "participação crítica" de O Século) e é afirmado em reuniões tempestuosas que a "censura e boa quando é feita ao serviço dos trabalhadores".

Na "Capital", que conta talvez com a mais "profissional" das redacções (no sentido de tecnocrática), encontra-se, desde o início, uma vontade de passar do jornalismo mais sério, embora continuando a insistir na reportagem e na variedade noticiosa que caracterizava o jornal. Encontra-se, desde logo, nos redactores, uma preocupação de lutar por mais qualidade definindo-se em termos de "anti-fascismo" e não mais, unindo-se por momentos, contra a "maioria silenciosa" por exemplo, mas sem grandes tomadas de posição de princípio. Assiste-se depois a uma progressiva radicalização que se traduz num "Programa de Candidatura" apresentada pela única lista concorrente ao Conselho de Redacção, agora eleito. Depois de insistir na necessidade de um jornalismo de qualidade, fala nas várias frentes de luta que competiam ao jornalista, denunciando a concepção "tecnocrática e medíocre de empresa comercial" com que por vezes se encara o conceito de "independência ideológica", insistindo na necessidade de "adaptar o jornal às necessidades presentes das massas populares". Propõe contribuir para a formação permanente dos trabalhadores da informação e das massas em geral e anuncia um "Congresso Capital" de livre discussão. Pode dizer-se

que o diário da capital onde o pluralismo ideológico é mais real. No "Diário Popular", devido ao modo como se iniciou a condução da luta dos trabalhadores não pode dizer-se que haja afrontamentos partidários, o que o torna, de certo modo um caso único e que merece particular atenção. Numa redacção que, antes de Abril, era despolitizada a 70%, assiste-se a uma imediata unidade dos trabalhadores de todos os sectores que dizendo não ao saneamento (de trabalhadores), reforça de todos os modos a aliança entre eles, constituindo uma frente de luta. Define desde logo uma Política de Salário — que leva à diminuição do Salário — que vai de 2500 a 40 000 escudos, baixando ordenados de administradores e director, retirando gratificações. Procede sempre de modo democrático e mesmo "legalista", o que permite uma adesão de grande parte dos redactores